

Diário do Legislativo de 17/02/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - CONCURSO PÚBLICO

2 - ATAS

2.1 - Reunião Solene - Instalação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 14ª Legislatura

2.2 - 127ª Reunião Especial - Posse dos Membros da Mesa da Assembléia

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

CONCURSO PÚBLICO

CONCURSO PÚBLICO

O Diretor-Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que foram prorrogadas até o dia 21/2/2001 as inscrições para o concurso público destinado ao preenchimento de cargos vagos de Técnico de Apoio às Atividades da Assembléia e de Procurador, de que tratam os Editais n°s 1 a 8/2000, publicados no "Minas Gerais", "Diário do Legislativo" de 20, 21 e 22/12/2000.

As inscrições nas agências dos Correios serão feitas no horário normal de atendimento externo de cada uma delas, e a inscrição por meio da Internet poderá ser feita até a data mencionada, em qualquer horário, desde que o pagamento da taxa de inscrição seja efetivado em qualquer agência bancária, em seu horário normal de funcionamento, ou em caixa eletrônico do Banco do Brasil, até as 21 horas do dia 21/2/2001.

Comunica, ainda, que ficam mantidas as demais condições previstas nos respectivos editais.

Diretoria-Geral, 16 de fevereiro de 2001.

ATAS

ATA DA REUNIÃO SOLENE EM 15/2/2001, DESTINADA À INSTALAÇÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 14ª LEGISLATURA

Presidência do Deputado Anderson Adauto

Sumário: Comparecimento - Abertura - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Declaração de instalação - Leitura da mensagem governamental - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Adauto - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelino de Carvalho - Adelman Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - José Henrique - José Milton - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pedro Pinduca - Rêmo Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduino) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Henrique Hargreaves, Secretário de Estado da Casa Civil, representando o Governador do Estado, Sr. Itamar Franco; Desembargador Sérgio Lellis Santiago, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Deputado Federal Ronaldo Vasconcelos; Vereador Tarcísio Caixeta, representando o Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Sr. Célio de Castro; Vereador Sérgio Ferrara, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Nedens Ulisses, Procurador-Geral de Justiça; e Conselheiro José Ferraz, Presidente do Tribunal de Contas do Estado.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à instalação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 14ª Legislatura.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pela cantora Monassita Aguiar, acompanhada pela pianista Nicéia Lopes e pelo saxofonista Urbano Medeiros.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Declaração de Instalação

O Sr. Presidente - Convido os presentes a assistir, de pé, ao ato solene de instalação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 14ª Legislatura. Declaro instalada a 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 14ª Legislatura.

Leitura da Mensagem Governamental

O Secretário Henrique Hargreaves - Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, passo à leitura da mensagem governamental, por delegação do Sr. Governador do Estado. (- Lê:)

"Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Exmos. Srs. Deputados, em atendimento à determinação da Constituição do Estado de Minas Gerais, encaminho à egrégia Assembléia Legislativa do Estado mensagem em que presto conta das ações do Governo em 2000. Ressalto que o faço não apenas em cumprimento à determinação legal, mas também com o objetivo de assegurar aos Deputados e aos cidadãos em geral o pleno exercício dos seus direitos de informação e fiscalização, motivado pelo compromisso de dar transparência às iniciativas e às realizações empreendidas, conforme as aspirações de um governo democrático.

É oportuno enfatizar, inicialmente, o desempenho da economia mineira no ano que passou, a qual esteve limitada às dificuldades econômicas e financeiras que têm marcado o País. Ainda assim, estimativas preliminares indicam que a economia mineira obteve taxa de crescimento superior à média nacional e suas exportações responderam por 12,6% do total do Brasil, ocupando a segunda posição entre os Estados que mais exportam. Do ponto de vista dos setores econômicos, o desempenho da agricultura foi bastante positivo, ocorrendo aumentos substanciais na produção dos principais cultivos do Estado.

Estão sendo conduzidos pela EPAMIG 117 projetos de desenvolvimento tecnológico e pesquisa agropecuária. A EMATER assessorou 4.395 projetos, negociados com agricultores de base familiar, e está presente em 726 municípios mineiros. O programa de erradicação da febre aftosa, desenvolvido pelo IMA, alcançou resultados significativos, e o índice de vacinação chegou a 95% do rebanho.

Em relação à questão agrária, o Governo está recuperando terras devolutas para fins de reforma agrária e promovendo a melhoria nas condições sanitárias, ambientais e de infraestrutura nas áreas de assentamento. Além disso, foram emitidos 910 pareceres referentes a processos de titulação de terras e 600 títulos de propriedade.

O Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais - CONSEA-MG - criou diversos conselhos regionais de segurança alimentar a partir de reuniões públicas municipais, tendo quatro eixos de atuação: combate à desnutrição e promoção à saúde materno-infanto-juvenil; apoio à reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar; habitação, saneamento e meio ambiente; apoio à geração de emprego e renda.

No setor industrial, entraram em operação 53 projetos apoiados pelos fundos de desenvolvimento estaduais, com geração de 11.602 empregos diretos, resultado de investimentos de US\$1.650.000.000,00.

No que concerne à infra-estrutura básica, o Governo de Minas, em parceria com a COPASA, investiu R\$84.100.000,00 em sistemas de abastecimento de água e R\$98.200.000,00 em sistemas de esgotamento sanitário, com destaque para a construção da estação de tratamento de esgoto do rio Arrudas.

Estão sendo implantadas, simultaneamente, três grandes usinas de energia elétrica - Porto Estrela, Queimado e Funil -, com investimentos de R\$420.000.000,00. Outras seis usinas deverão ser iniciadas em 2001, com investimentos de cerca de R\$1.600.000,00, destacando-se o aproveitamento hidrelétrico de Irapé, no vale do Jequitinhonha, com investimentos da ordem de R\$500.000.000,00. Quando em operação, esses projetos acrescentarão 1.742 MW ao parque gerador de energia de Minas.

A política educacional, no ano passado, praticamente consolidou a correção de rumos iniciada em janeiro de 1999: reduzindo gastos, otimizando investimentos, promovendo ajustes administrativos, buscando nova orientação de ordem filosófica e pedagógica.

No ensino fundamental, desenvolveu-se o Programa de Aperfeiçoamento e Capacitação de Professores e Dirigentes - PROCAP -, que em 2001 vai beneficiar 105 mil professores das redes estadual e municipal. No ensino médio, houve criação de 104.697 vagas, o que significou incremento de 14,2%. No atendimento à educação especial, foram realizados cursos de capacitação para aproximadamente 950 professores. Além disso, foi implementado o Programa Bolsa de Trabalho para Portadores de Deficiência, beneficiando 800 alunos de 46 escolas.

O Programa Familiar para a Educação - Bolsa-Escola - atingiu 10.500 famílias do vale do Jequitinhonha, que recebem mensalmente R\$70,00 a título de complementação de renda, combatendo, assim, a evasão escolar, o trabalho infantil e a exclusão social, além de gerar renda nos municípios.

O Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica - PROEB -, criado em 2000, é o primeiro projeto implementado pelo Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública - SIMAVE -, com o objetivo de promover o diagnóstico da educação praticada nas escolas estaduais e municipais (onde houver adesão dos municípios). Já em seu primeiro ano, foram aplicados testes para 647.481 alunos.

Houve o resgate do papel do Governo Estadual como gestor, regulador e harmonizador da área de saúde. Campanhas de multivacinação chegaram a alcançar 100% de cobertura. A rede de prestação de serviços do SUS-MG operou com recursos federais, estaduais e municipais, com os seguintes resultados, entre outros: 1.284.773 internações hospitalares, ao custo de R\$511.000.000,00; 42.473.131 consultas médicas; 36.375.743 atendimentos odontológicos e 35.370.901 serviços de atendimento de diagnóstico e terapia, ao custo de R\$336.000.000,00; 9.193.718 procedimentos de alto custo, no valor de R\$223.000.000,00.

Quanto à assistência social, houve continuidade da implantação do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, tendo o Governo Estadual assessorado 62% dos municípios na formulação de sua própria política. Já o Plano Estadual de Qualificação Profissional qualificou mais de 230 mil cidadãos.

Com relação à segurança pública, foram criadas ou reestruturadas delegacias regionais e seccionais, além de construídas e reformadas cadeias na Capital e no interior do Estado, com investimentos de R\$6.730.000,00. Ocorreu a aquisição de 653 novas viaturas - 199 para a Polícia Civil e 454 para a Polícia Militar. Ainda as Polícias Civil e Militar, houve expressivo aumento dos vencimentos, criando condições básicas para o pleno exercício de suas funções.

Na área de justiça e direitos humanos, foram reformadas ou ampliadas 12 unidades penais, possibilitando o atendimento aos recuperandos nas penitenciárias. Foram desenvolvidas diversas atividades que possibilitaram a qualificação dos recuperandos, preparando-os para a reinserção no convívio social, no mercado de trabalho e, sobretudo, para o exercício da cidadania.

No setor de ciência e tecnologia, foram empreendidos grandes esforços na consolidação da política setorial para o desenvolvimento sustentável. Privilegiou-se a implementação de programas especiais, destacando-se o Uso Múltiplo de Florestas Renováveis e a criação de parques tecnológicos. O Governo decretou 2001 como o Ano da Ciência e Tecnologia em Minas Gerais.

Na área de turismo, considerado um dos segmentos com melhor relação custo-benefício, ocorreu a criação de 83 Conselhos Municipais de Turismo e a implantação de uma nova concepção de planejamento, a dos circuitos turísticos.

Destaco, ainda, importantes realizações nas áreas de transporte, cultura, esporte, habitação e meio ambiente, visando à melhoria da qualidade de vida e à promoção da cidadania.

Essas realizações exigiram esforço e competência de todos os órgãos do Governo para superar as pesadas restrições financeiras, derivadas do elevadíssimo estoque de dívidas acumulado no passado, que tem origem, em grande parte, na política econômica executada pelo Governo Federal nos últimos anos. Mesmo assim, não abri mão dos compromissos de pagar em dia os encargos financeiros assumidos neste Governo e de valorizar o servidor público. Nesse aspecto, destaco o aumento superior a R\$100.000.000,00 mensais na folha de pagamento do funcionalismo, a partir de junho de 2000.

Para se ter idéia desse esforço, a dívida total, mesmo com todas essas realizações e o pagamento de dívidas deixadas pelo Governo passado, aumentou, "vis-à-vis" 1999, apenas 1% em termos reais, embora tenha-se gasto mais de R\$1.170.000.000 no pagamento do serviço da dívida, equivalente a 12% das despesas e 13% da receita líquida real. No caso da dívida flutuante - até 12 meses -, ocorreu acréscimo de 6% reais. Entretanto, essa parte da dívida - 13% da total -, já agora em janeiro de 2001, caiu substancialmente, com o pagamento da folha de dezembro e do restante do 13º salário.

Esses resultados financeiros estão baseados, fundamentalmente, em quatro pontos: austeridade absoluta; elevação da eficiência e da criatividade, enfatizando a melhor utilização do capital humano; renegociação da dívida pública com o Governo Federal e expansão da receita estadual de 7,1% em relação a 1999.

O grande desafio para este ano é a adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal. Como não é mais possível - como ocorria no passado - utilizar a inflação como meio de se reduzir o custo real das despesas nem antecipar receitas (ARO), aumentar a dívida pública flutuante (até 12 meses) e obter novos financiamentos de longo prazo - a não ser aqueles previstos no acordo de renegociação da dívida junto ao Governo Federal -, as despesas do Estado de Minas Gerais terão de ser iguais às suas receitas. Ou seja, pela primeira vez na história republicana teremos de trabalhar em regime de fluxo de caixa, lembrando que cerca de R\$1.500.000.000,00 - 13% da receita líquida real - serão dispendidos para pagamento à União da dívida acumulada no passado.

Ao finalizar, quero manifestar o meu apreço por esta Casa, ressaltando que somente através de um relacionamento respeitoso, claro e objetivo entre os Poderes constituídos pode-se alcançar a sinergia imprescindível ao aprimoramento das ações governamentais, na busca permanente do desenvolvimento sustentável para o Estado."

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial a seguir, às 15h45min, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 127ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 15/2/2001

Presidência dos Deputados Anderson Aduino e Antônio Júlio

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Presidente Anderson Aduino - Posse dos membros da Mesa - Palavras do Presidente Antônio Júlio - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduino - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Benê Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - José Henrique - José Milton - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pedro Pinduca - Rêmo Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduino) - Às 15h45min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Senador José Alencar; Antônio Júlio, Presidente da Assembléia eleito para o biênio 2001-2002; Itamar Franco, Governador do Estado; Senador Arlindo Porto; Newton Cardoso, Vice-Governador do Estado; Desembargador Sérgio Lellis Santiago, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Deputado Federal Hélio Costa; Deputado Federal Ronaldo Vasconcellos; Nedens Ulisses Freire Vieira, Procurador-Geral de Justiça; e Deputado Federal Eduardo Barbosa.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à posse dos membros da Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, eleitos para o segundo biênio da 14ª Legislatura.

Palavras do Presidente Anderson Aduato

Membros da Mesa já nomeados, Deputados, familiares dos membros da Mesa que hoje se empossa, senhoras, senhores, jornalistas, há dois anos, ao assumir a Presidência da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, pude dizer ao povo mineiro que as pessoas pedem de suas autoridades políticas aquilo a que têm direito. Elas querem apenas que lhes sejam assegurados os direitos essenciais à vida, como o de educar-se, conservar a saúde, trabalhar e expressar os seus sentimentos de amor e de amizade.

Nestes dois anos, nos limites de nossas prerrogativas e de nossas responsabilidades, meus companheiros de direção nesta Casa e eu procuramos atender a essa postulação simples dos cidadãos de Minas.

Quando, em nome do povo mineiro, apoiamos a atitude do Poder Executivo, ao questionar os termos do acordo da dívida estadual celebrado com a União pelo Governo anterior, estávamos buscando os recursos necessários para a educação e a saúde de nossa gente.

Ao apoiarmos movimentos como aquele contra a privatização do sistema energético e dos recursos hídricos, estávamos defendendo a própria vida, uma vez que não há vida orgânica na Terra sem a presença da água.

Entendemos, desde o primeiro momento em que chegamos a este parlamento, que o Poder Legislativo deve estar sempre junto do povo. Não basta que cada um dos Deputados visite as suas bases e delas recolha reivindicações e esperanças. É necessário que as instituições parlamentares, por intermédio de seus órgãos interpartidários, convivam permanentemente com a cidadania e suas associações. Por isso, na Presidência da Casa, dei todo o apoio aos encontros regionais e ao diálogo com os setores organizados da sociedade. Mais do que isso, por meio de agenda intensa e variada, aqui estiveram praticamente todos os setores da sociedade para conosco debaterem os assuntos de prioridade e de legítimo interesse dos mineiros, dentro do respeito à liberdade e à cidadania.

Mantivemos as relações corretas com os demais Poderes. Corretas, no sentido de que respeitamos as prerrogativas constitucionais de cada um deles sem desprezar as nossas próprias prerrogativas e deveres. O Presidente da Assembléia de Minas, como, de resto, o Presidente de qualquer Casa Legislativa, deve agir institucionalmente. Nesse aspecto, temos consciência de que assumimos e levamos à prática todas as prerrogativas inerentes ao Poder Legislativo. Um exemplo claro disso foi o aprimoramento do processo de fiscalização das políticas públicas. A Assembléia de Minas avançou nesse aspecto. Essa conquista tende a uma prerrogativa constitucional e é uma exigência da sociedade que muitas vezes não é praticada pelos parlamentos brasileiros. Como cidadão e representante de meus coestaduanos, procurei agir de acordo com os meus compromissos e princípios. Também de acordo com os meus compromissos, os partidos que me elegeram e os princípios morais que me são próprios, agi sempre em busca de soluções que representassem o consenso da maioria.

Entendi, também, que o diálogo interno, fora do formalismo do Plenário, é inerente ao Poder Legislativo. Procurei valorizar o poder de decisão do Colégio de Líderes, esta instância necessária entre o Plenário e a Mesa. Com isso, foi-nos possível acompanhar não só os movimentos da política administrativa e processual interna, como também a ação do Poder Legislativo diante das conjunturas nacional e estadual.

Sou profundamente grato à bancada do meu partido, o PMDB, e a todos os Deputados, sem exceção, pela confiança e pelo apoio que nos deram durante toda a nossa gestão e, sobretudo, em alguns momentos difíceis. Agradecemos, de modo especial aos Líderes de partido, que, compreendendo o papel do parlamento no contexto dos demais Poderes, nos ajudaram a evitar que houvesse um vácuo político que poderia ter sido prejudicial ao Estado. Esses mesmos Líderes sempre souberam defender as suas posições dentro do clima de cordialidade, de respeito, de fidelidade aos interesses permanentes de nosso povo.

Senhoras e senhores, devo, ao final de meu discurso, uma palavra sincera de agradecimento ao corpo técnico desta Casa e a todos os seus servidores. Creio que as relações entre os parlamentares, que ocupam estas salas e estes corredores, providos do poder temporário que o povo lhes outorga, e seus funcionários permanentes, devem ser de respeito, de obediência à hierarquia, de cordialidade. Sendo assim, é melhor que não haja o paternalismo, que corrompe, nem a bajulação, que avilta. Nós, parlamentares, passamos por esta Casa seguindo o curso de uma vida pública. Vivemos apenas uma parte da nossa vida no desempenho do mandato. Quase sempre as lides de homem público nos chamam a outras missões. Por isso mesmo, temos que levar em conta a natureza de nosso mandato. Estamos aqui, e em outras Casas Legislativas, para defender os interesses permanentes do Estado e da população que nos elege. Em decorrência, a renovação da administração interna dos parlamentos é tão necessária quanto o é a renovação de suas Mesas. Essa renovação dá a oportunidade para que servidores fiéis e competentes possam mostrar as suas credenciais e profissionalismo.

No fim destes dois anos, posso dizer que descobri, no quadro de servidores desta Casa, técnicos da maior competência e confiabilidade. Pude comprovar que o quadro de pessoal da Assembléia Legislativa de Minas é formado de pessoas dignas, honradas, dedicadas, que procuram aprimorar os seus conhecimentos, que têm a plena consciência de que servem a Minas, em sua permanência e imanência, de que servem às razões e às esperanças de nosso povo. Por meio da ampliação das atividades da Escola do Legislativo, pudemos dar a nossa contribuição para esse aprimoramento profissional dos nossos servidores, estendendo a nossa prestação de serviços a outras áreas do Estado, com a realização de cursos, palestras e seminários, que tiveram grande repercussão em Minas. Quero dizer a todos que lhes sou pessoalmente grato e que falo em nome da Mesa, ao reconhecer o seu esforço singular nesta legislatura, tendo em vista a atuação densa e intensa do parlamento nos dois últimos anos.

Sr. Presidente eleito, Antônio Júlio, ao entregar-lhe a direção desta Casa, faço-o com a alegria de quem se vê substituído por um homem honrado, firme em suas convicções, mas disposto a ouvir e a conciliar, quando o interesse comum assim o exige.

Seus companheiros de Mesa, escolhidos pelos partidos e referendados pelo Plenário, são homens experientes e lúcidos, que terão total condição para fazer uma boa gestão junto com V. Exa., que, com a sua franqueza e cordialidade, é um líder natural entre todos nós. Assim o vemos e assim o reconhecemos.

V. Exa. assume com a confiança plena desta Casa, e estou certo de que, sob o seu comando, a Assembléia Legislativa, seguindo uma tradição de 165 anos, iniciada com a criação dos parlamentos provinciais, manterá sua independência e sua altivez, para servir à altivez e à independência do povo de Minas Gerais.

Registro, ainda, um agradecimento aos funcionários que trabalharam comigo no gabinete da Presidência, que sempre demonstraram dedicação, garra e entusiasmo em cada tarefa realizada.

Manifesto também profunda e afetuosa gratidão à minha família, que me ajudou em todos os momentos e soube compreender a importância e abrangência de nossa missão nesses dois anos, aguardando com tranquilidade e paciência, suportando os longos períodos de ausência na nossa convivência. Muito obrigado a todos os que nos ajudaram. Muito obrigado.

Posse dos Membros da Mesa

O Sr. Presidente - Passaremos, neste instante, à posse da nova Mesa da Assembléia. A Presidência convida o Deputado Antônio Júlio a ficar de pé. No exercício da atribuição que me

confere o Regimento Interno, declaro empossado, como Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Deputado Antônio Júlio.

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - A Presidência convida o Deputado Alberto Pinto Coelho a se aproximar. Declaro empossado, como 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Deputado Alberto Pinto Coelho.

A Presidência convida o Deputado Ivo José a se aproximar. Declaro empossado, como 2º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Deputado Ivo José.

A Presidência convida o Deputado Olinto Godinho a se aproximar. Declaro empossado, como 3º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Deputado Olinto Godinho.

A Presidência convida o Deputado Mauri Torres a se aproximar. Declaro empossado, como 1º-Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Deputado Mauri Torres.

A Presidência convida o Deputado Wanderley Ávila a se aproximar. Declaro empossado, como 2º-Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Deputado Wanderley Ávila.

A Presidência convida o Deputado Álvaro Antônio a se aproximar. Declaro empossado, como 3º-Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Deputado Álvaro Antônio.

Palavras do Presidente Antônio Júlio

Exmo. Sr. Deputado Anderson Aduato, Presidente da Assembléia Legislativa que ora deixa o cargo; Exmo. Sr. Senador José Alencar; Exmo. Sr. Itamar Franco, Governador do Estado; Exmo. Sr. Arlindo Porto, Senador da República; Exmo. Sr. Newton Cardoso, Vice-Governador do Estado; Exmo. Sr. Desembargador Sérgio Lélis Santiago, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Exmos. Srs. Deputados Federais Hélio Costa; Ronaldo Vasconcellos e Eduardo Barbosa; Exmo. Sr. Nedens Ulisses, Procurador-Geral de Justiça; meus companheiros da Mesa; Exmo. Sr. Inácio Franco, Prefeito Municipal de Pará de Minas, na pessoa de quem saúdo a todos os Prefeitos presentes; Exmo. Sr. Vereador Mateus Guimarães, na pessoa de quem saúdo a todos os Vereadores presentes; meus conterrâneos de Pará de Minas, meus amigos e meus familiares; em ocasiões como esta, a natural emoção que sentimos poderá fazer com que pareça convencional tudo aquilo que dissermos. Procuraremos, por isso, ser objetivos e - além das saudações e dos agradecimentos que o dever nos impõe - formular algumas considerações sobre o momento do Estado e do País, bem como sobre as metas que programamos para a nossa gestão.

Sem incorrer no óbvio, cabe-me reiterar que a condução das lides parlamentares não pode ignorar a organização política e a realidade sócio-econômica. Idealmente, a estrutura federativa brasileira dá condições para um perfeito exercício democrático. A divisão e o equilíbrio dos Poderes, de um lado, e a repartição das competências entre a União, os Estados e os municípios, de outro, deveriam constituir o pressuposto de uma nação democrática, justa e próspera.

Deveriam constituir tudo isso, mas, na prática, tal não acontece. Sabemos que o sistema se ressentido de profundas distorções, que refletem no bem-estar dos brasileiros. O centralismo da União implica conotação de inaceitável hierarquia em relação aos Estados e aos municípios. A par disso, e como uma das conseqüências, o Governo central empenha-se em dar orientação macroeconômica alheia ao interesse social.

O Planalto usa e abusa de medidas provisórias, assumindo indevidamente a função de legislador. Sabemos que a medida provisória - e aí se configura um retrocesso - tem maior abrangência do que o próprio decreto-lei da época da ditadura militar, de triste memória. Esse autoritarismo é visível, igualmente quando o Planalto deixa de acatar decisões do Judiciário e golpeia a autonomia dos Estados e dos municípios, sujeitando-os à dependência financeira.

A política econômica vigente leva ao aumento da pobreza e à concentração da renda, bem como à violência rural e à violência urbana, ao desemprego e à falência dos serviços públicos. E, apesar da afirmação de Brasília - de que o País estaria ingressando em fase de estabilidade e progresso -, a população não percebe tais mudanças. Ao contrário, guia-se por indicadores sócio-econômicos divulgados pelo próprio Governo, os quais não são tão animadores. Vejamos alguns exemplos: estamos entrando no terceiro milênio com 15 milhões de brasileiros analfabetos; enquanto isso, o texto original do Plano Nacional de Educação sofre drásticos cortes, até na parte que previa aumento dos investimentos respectivos de 5% para 7% do PIB. A taxa média de desemprego é de 7%. Em algumas regiões metropolitanas, essa taxa chega a quase 20%. A renda "per capita" nacional é inferior a US\$3.000,00 por ano, enquanto estamos em 74º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano, em escala mundial. Se a praga da corrupção não grassasse em todos os níveis, a renda "per capita" poderia dobrar nos próximos dez anos. No ano passado, o País transferiu para o exterior, para pagamento de juros da dívida externa, cerca de US\$30.000.000.000,00. Internamente, os juros praticados são por volta de 15% ao mês, dos mais altos do mundo; este último fator contribui para que a dívida interna tenha quintuplicado nos últimos anos. Finalmente, estima-se que a carga tributária, no último exercício, tenha atingido 32% do PIB; desse total, a União teria concentrado 22% da arrecadação, cabendo aos Estados e aos municípios, respectivamente, 8% e 2%; em outras palavras, os brasileiros nunca pagaram tantos impostos como agora, a União jamais teve fátia tão generosa do bolo arrecadado, e os Estados e municípios, em tempo algum, tiveram tão diminuída a sua autonomia financeira.

Ora, nesse quadro de crise federativa e de problemática sócio-econômica, Minas e o povo mineiro ainda sofrem com as retaliações do Governo Federal. Será desnecessário mencionar todas as verbas e os benefícios a que temos direito e que de nós foram desviados. Tais recursos, não se ignora, vêm sendo preferencialmente direcionados para outras unidades da Federação, como a Bahia, o Rio de Janeiro e São Paulo. A par disso, a convivência da União com a guerra fiscal penaliza o nosso produtor, beneficiando outros Estados. No entanto, os mineiros nunca pagaram tantos impostos ao Poder Central como atualmente, e a arrecadação de tributos federais aqui aumentou em 15,9% no ano passado.

A renda "per capita" anual de Minas Gerais está hoje abaixo da média nacional. Se temos regiões desenvolvidas, como a Central, a Mata, o Triângulo e o Sul, também temos bolsões de miséria no Norte, no Mucuri, no Jequitinhonha e - por que não dizer? - na própria Região Metropolitana de Belo Horizonte. Nessas áreas, são numerosas as famílias que sobrevivem apenas com R\$3,00 por dia.

O fato é que nossas dificuldades nos obrigam a ser mais agressivos nas reivindicações. A influência mineira no cenário nacional não pode continuar a ser diluída e - é justo reconhecer -, para tanto, o Governador Itamar Franco muito tem batalhado. Um exemplo dessa necessidade de reação diz respeito à questão dos "royalties": enquanto a economia do Rio de Janeiro se expande com a exploração do petróleo, Minas Gerais - ao que sabemos - nunca teve retorno condizente com o volume da exploração de seu minério. Não obstante, já há alguns séculos, a paisagem de nossas montanhas vem sendo desfigurada, deixando-nos crateras onde vive uma população empobrecida. Mudar essa situação é uma prioridade.

Em linhas gerais, eis nossa avaliação do panorama nacional e de como Minas nele se insere. Em vista dela é que vamos partir para o programa de trabalho, na Presidência desta Assembléia.

Em termos de União "versus" Estado, nosso objetivo será contribuir para que Minas não seja penalizada com a indiferença e a parcialidade que Brasília hoje nos reserva. Será uma ação suprapartidária, ditada pela voz do povo, sobrepondo-se ao fisiologismo e ao regionalismo e irradiando-se estrategicamente deste parlamento. A circunstância de termos no Palácio da Liberdade um estadista do naipe do Dr. Itamar Franco nos tranquiliza quanto ao apoio do Executivo Estadual à iniciativa. Quanto à brilhante vitória do Deputado Aécio Neves para a Presidência da Câmara Federal, ela nos aumenta o otimismo e nos possibilita uma constatação: Minas dos grandes homens públicos que forjaram a Nação brasileira não é uma lembrança histórica. Ao contrário, nossa patriótica vocação para a liderança é uma realidade que se renova com valores como Aécio Neves.

Como segunda meta, prosseguiremos na oposição construtiva às políticas emanadas do Governo Federal que contrariem o legítimo interesse do povo. Aí incluímos o modelo econômico e a filosofia política que desfigura a Federação brasileira. Veja-se, por exemplo, a questão das privatizações: o Governo Federal anuncia que voltará com toda a força, este ano, ao projeto da venda de Furnas. Significativamente, isso ocorre quando, no Estado norte-americano da Califórnia, o fornecimento energético entra em pane por ter sido privatizado. Será Brasília tão alienada a ponto de não entender que a receita privatizante, prescrita ao Brasil pelas potências mundiais, não funciona para essas mesmas potências? Esperamos que não.

O terceiro e não menor objetivo externo que nos aguarda é a retomada do entendimento com o Palácio da Liberdade. Trata-se, antes de tudo, de uma questão de bom-senso. Não podemos esquecer que trabalhamos para o povo, e é o povo que nos exige essa atitude. A autonomia do nosso Poder é sagrada e, como tal, será por nós defendida, mas não é justo insistir em oposição gratuita. Estaremos ao lado do Governo sempre e quando ele se colocar ao lado do povo mineiro. Esse processo conciliatório - é com satisfação que o registramos - já começou: nosso primeiro encontro com o Dr. Itamar Franco foi marcado pela cordialidade e pela explícita manifestação do Chefe do Executivo de trabalhar conosco para o engrandecimento do Estado. Aliás, ao honrar-nos hoje com seu comparecimento a esta solenidade, o Dr. Itamar Franco, mais uma vez, ratifica que a harmonia e o trabalho conjunto serão a tônica do próximo biênio. Prova dessa abertura tão bem-vinda é o tratamento reservado às dotações orçamentárias, objeto de recente e frutuoso consenso entre nossos Poderes.

Cumpra lembrar que, quando apresentamos emendas à proposta do orçamento, tínhamos, como temos, a finalidade de proporcionar ao povo, nos municípios em que vive, as obras e os benefícios que o poder público lhe deve. Não está em jogo, repetimos, a satisfação de demandas específicas, com motivação partidária ou eleitoral. Pois é auspicioso que o Executivo sobre isso se mostre sensibilizado.

Outro aspecto em que se confirmam os novos tempos é o tratamento dado à reforma administrativa. O projeto que nos chegou não basta para tornar mais eficiente a estrutura do serviço público. É preciso que cheguemos a uma reformulação consensual da proposição, visando à norma jurídica perfeita. Também aí já contamos com a disposição favorável do Palácio da Liberdade.

Numa perspectiva externa e mais ampla, são esses os nossos propósitos básicos na Presidência desta Casa. Ao atendê-los, estaremos valorizando não só o Legislativo como poder autônomo e independente, mas também a instituição municipal. Lembramos sempre que somos municipalistas por origem e por convicção: acreditamos que o município, como célula-mãe, traduz a mais direta e autêntica realidade nacional. Se queremos trabalhar para a construção da cidadania, devemos começar pelo berço do cidadão: as cidades e os distritos. Não podemos esquecer, muito a propósito, que os municípios brasileiros foram colocados em verdadeira "camisa-de-força" pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Sem criticar a legislação, diremos que ela deixa os administradores municipais sem meios para corrigir o que se acumulou ao longo dos anos.

No âmbito interno desta Assembléia, planejamos algumas modificações de caráter administrativo, que, a nosso ver, se fazem necessárias. Não pretendemos, em absoluto, desfazer a saudável reformulação iniciada pela Mesa anterior, comandada pelo Deputado Anderson Aduato, com a qual nos congratulamos pela coragem e pelo dinamismo. Mas a administração é matéria mutante e mutável, fazendo-se mister que evolua ao longo do tempo, segundo as exigências da sociedade. Toda e qualquer mudança será efetuada levando-se em conta a valorização dos funcionários da Casa. Nessa linha, é auspicioso que, em nossa gestão, já esteja programada a realização de concurso público, por meio do qual iremos selecionar novos valores profissionais para o quadro de pessoal.

De outra parte, vamos prosseguir dinamizando a função político-parlamentar do Legislativo mineiro. A realização de fóruns, encontros e eventos terá continuação, na abordagem dos assuntos de magno interesse popular.

À função fiscalizadora do Poder também reservamos prioridade. No biênio passado, robusteceu-se a evidência de que as Comissões Parlamentares de Inquérito constituem instrumento poderoso e eficaz para detectar desvios e apontar caminhos. Vamos prosseguir nessa direção, dando destaque ao trabalho das CPLs sempre que sua instauração se fizer oportuna.

No âmbito das comissões, aliás, estamos cogitando de instituir nesta Assembléia a Comissão Permanente de Comércio Exterior. Por meio dela, poderemos contribuir para que Minas Gerais disponha de uma política no setor, condicionando-nos de forma realista para alcançar múltiplos objetivos, qual seja enfrentar a globalização econômica, atrair investimentos externos, ter acesso aos mercados de exportação e defender-nos dos males da concorrência desleal, representada pelas importações subsidiadas. É oportuno verificar que a recente e pouco séria conduta do Canadá para com nosso País só faz robustecer a nossa convicção.

A gestão da Mesa anterior destacou-se pelo fortalecimento do Colégio de Líderes, o qual teve papel fundamental e positivo nas decisões deste parlamento. Consideramos ser o sistema de colegiado extremamente válido e indiscutivelmente democrático. Por essa razão, é nosso pensamento continuar atribuindo ao Colégio a responsabilidade que ele soube assumir.

Com essas palavras, não estamos delineando todo o programa de trabalho a desenvolver. Colocando-nos em posição de honesta humildade, confessamos que temos a aprender e que não prescindimos do apoio inestimável dos colegas Deputados, dos servidores da Casa e também da imprensa, a qual nos acompanha com isenção e equilíbrio.

Aos companheiros parlamentares, manifestamos sinceros agradecimentos pela escolha de nosso nome. Estejam certos de que tudo faremos para corresponder a tão grande confiança. Ao amigo e companheiro de todas as horas Deputado Anderson Aduato, nossa gratidão e nossa admiração pelo trabalho desenvolvido na Presidência, por sua firmeza, dedicação e inteligência no trato da causa pública e à frente deste Legislativo.

Terminamos com nossa saudação ao povo mineiro, que representamos nesta Casa; aos co-estaduanos que sempre nos honraram com seu voto; a nossa Pará de Minas natal e às demais cidades da região, de que tanto nos orgulhamos; aos amigos que nunca nos faltaram e aos nossos familiares. Pessoalmente, endereço mensagem de carinho e reconhecimento a minha esposa, Vânia, e a minhas filhas, Fabíola e Fernanda. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião de debates de amanhã, dia 16, às 9 horas. Levanta-se a reunião.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Pareceres sobre os Vetos à Proposição de Lei nº 14.607 e à Proposição de Lei Complementar nº 61

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, João Batista de Oliveira, Mauro Lobo e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/2/2001, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 16 de fevereiro de 2001.

Ambrósio Pinto, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Pareceres sobre os Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 14.605, 14.609 e 14.604

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Edson Rezende, Irani Barbosa, Luiz Tadeu Leite e Maria Olívia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/2/2001, às 15 horas, no Plenarinho III, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designarem os relatores das matérias.

Sala das Comissões, 16 de fevereiro de 2001.

Maria José Haueisen, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da CPI do FUNDEF

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sebastião Costa, Antônio Carlos Andrada, Dinis Pinheiro, João Batista de Oliveira, José Milton e Márcio Cunha, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/2/2001, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar a matéria da pauta.

Sala das Comissões, 16 de fevereiro de 2001.

Cristiano Canêdo, Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 16/2/2001, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.948, de 2000, 1.973, de 2001 assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo, conforme abaixo discriminado:

Gabinete do Deputado Geraldo Rezende

nomeando Gustavo de Oliveira Moreira para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas.

Gabinete do Deputado Ivair Nogueira

nomeando Heitor Marçal Filho para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, e 1.821, de 2/12/99, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Dirce Maria do Carmo Lopes do cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

exonerando Francisco Assis Rodrigues Costa do cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete da 1ª-Secretaria;

exonerando Marco Túlio Teixeira do cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

exonerando Mariza Guerra Lapertosa do cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete da 2ª-Secretaria;

exonerando Robson Ferreira do cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete da 1ª-Secretaria.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 982, de 29/9/93, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, e 1.522, de 4/3/98, e 1.784, de 29/9/99, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Bruna Freitas Rabelo do cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

exonerando Lauro César de Lima do cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no gabinete da 1ª-Secretaria;

exonerando Maria Aparecida de Jesus do cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

exonerando Wallace Greick Simões Soares do cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no gabinete da 2ª-Secretaria.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos de exoneração relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria: Afonso Aparecido de Figueiredo - Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas; Aida Campelo Ribeiro Bartoletti - Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas; Ailton Alessandro Alves - Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas; Alceu Moises Mattos - Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas; Alexandre Franklin de Souza Nascimento - Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas; Ana Maria Gonçalves - Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas; Ana Patrícia Correa da Silva - Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas; Ana Paula Matta de Castro Pinheiro - Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas; Antônia Salet de Miranda - Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas; Antônio Martins de Oliveira - Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas; Antônio Roberto Winter de Carvalho - Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas; Armando Caetano de Lima - Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas; Carla Michele Rodrigues de Souza - Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas; Carmen Lúcia Martins Soares - Assistente de Gabinete I, padrão AL-24, 8 horas; Celso Borges - Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas; Cristiane Pedrosa dos Santos Arnaldo - Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas; Edina Tavares Marotta - Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas; Eduardo de Oliveira Decat de Moura - Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas; Eliane Simões de Almeida - Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas; Elias de Souza - Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas; Gilson José de Oliveira - Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas; Heriete Buzzatti Dias - Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas; José de Aguiar Machado Júnior - Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas; Juarez Martins da Silva - Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas; Kátia Marluce Carlos dos Santos - Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas; Laverde Cândido Araújo - Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas; Leandro Andrade Genaro Oliveira - Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas; Luciana Correa de Queiroz Freitas - Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas; Luciana Araújo de Oliveira - Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas; Luciene Teixeira de Moraes - Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas; Maria Aparecida das Graças Araújo - Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas; Maria da Conceição Fortes Carvalho - Auxiliar Técnico Executivo II, padrão AL-36, 8 horas; Maria Elza Rodrigues Drumond - Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas; Mário Lúcio Elmaes Sampaio - Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas; Mizael Cabral de Lima - Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas; Otávio Carlos de Melo - Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas; Pedro Sebastião Felizardo - Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas; Renata Alves Rodrigues - Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas; Regiane Oliveira Neves - Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas; Roberta Jacobina Vasconcellos de Souza - Auxiliar de Serviços de

Gabinete, padrão AL-10, 8 horas; Sandra Aparecida Ferreira Carrara - Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas; Sávio Gonçalves Vieira Silvério - Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas; Sidney Ferreira da Silva - Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas; Tereza Christina Rodrigues Pereira - Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas; Vânia Lúcia Guimarães Vanderlei - Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas; Waisa Aparecida do Nascimento - Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas; Wellington Gonçalves de Magalhães - Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas; Wilfredo Albuquerque de Oliveira - Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c a Lei nº 9.384, de 18/12/86, assinou os seguintes atos:

exonerando Gisela Freitas de Lima do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão AL-25, código AL-DAI-1-05.

exonerando Miguel Ângelo de Souza Lopes do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão AL-25, código AL-DAI-1-05.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratados: PRODEMGE e PRODASEN. Objeto: cooperação técnica entre as partes para acesso recíproco aos bancos de dados do Sistema de Informação da ALEMG e do Senado Federal. Objeto deste aditamento: rescisão amigável. Vigência: a partir de 1º/10/2000.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Cetest Minas Engenharia e Serviços S.A. Objeto: prestação de serviços de operação de sistema de ar condicionado central, exaustores, bombas de incêndio, bombas de água potável e de dois grupos de motogeradores e diesel, bem como serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas e equipamentos. Objeto deste aditamento: prorrogação contratual. Vigência: 12 meses a partir de 1º/2/2001. Dotação orçamentária: 01 122 001 2 127 0001 3132 (301).